

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.474.909 - SP (2019/0084533-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : SIND.PROC.ESTADO,AUTARQ.,FUNDA E UNIV.PUBL. EST.SP  
**ADVOGADO** : JOÃO BOSCO PINTO DE FARIA - SP099056  
**AGRAVADO** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADORE** : LIETE BADARÓ ACCIOLI PICCAZIO - SP114332  
S

MARCELO ROBERTO BOROWSKI E OUTRO(S) - SP123352

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por SIND. PROC. ESTADO, AUTARQ., FUNDA E UNIV. PUBL. EST. SP, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Cumprido o despacho de fl. 149, prossigo na análise dos autos.

Importante salientar que o marco temporal de aplicação do Novo Código de Processo Civil é a intimação do *decisum* recorrido. Dessa forma, o Novo Código de Processo Civil entrou em vigor em 18/03/2016, sendo aplicado somente a recursos cujo *decisum* recorrido tenha sido publicado a partir desta data (Enunciado Administrativo n.º 3 do STJ).

Portanto, no caso específico dos autos, a intimação da decisão que inadmitiu o recurso especial foi em 04/08/2016, ou seja, posteriormente a 18/03/2016. Logo, na análise dos requisitos de admissibilidade do agravo em recurso especial, aplicar-se-ão as regras da novel legislação, razão pela qual houve a intimação para regularização da representação do subscritor do referido recurso, nos termos do art. 76, c.c. o art. 932, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015.

Por outro lado, a intimação do acórdão recorrido se deu em 01/10/2015, ou

seja, anteriormente a 18/03/2016. Logo, na análise dos requisitos de admissibilidade do recurso especial, aplicar-se-ão as regras do Código de Processo Civil de 1973, não havendo possibilidade de regularização, em observância ao princípio do *tempus regit actum* (Enunciado Administrativo n.º 2 do STJ).

Como as regras que se aplicam ao recurso especial são a do Código de Processo Civil de 1973, é inaplicável a providência de que tratava o art. 13 do mesmo diploma em sede especial, devendo a representação processual estar formalmente perfeita por ocasião da interposição do recurso (EResp 868.800/RS, Corte Especial, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 11/11/2010).

Por essa razão, então, que a regularização da representação processual do subscritor do agravo em recurso especial, como oportunizado, só tem o condão de afastar o vício para o agravo, interposto na vigência do novo Código de Processo Civil, não alcançando o recurso especial, interposto na vigência do Código de Processo Civil de 1973.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente